

AO EXPEDIENTE
Em 13 FEV 2009



Veto total nº 009/09

Recebido. Autuado e incluído em pauta
Em 17/02/2009

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

17 FEV 2009

Protocolo 033/09

Processo

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

1º Secretário



MENSAGEM Nº 008, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-se-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual “Declara de utilidade pública a Associação Rural de Espigão D’Oeste – AREO, em Espigão D’Oeste”, encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 280/2008, de 12 de dezembro de 2008.

Senhores Deputados, por se tratar de um recurso de atuação social do Governo, o título de “utilidade pública” é concedido, em princípio, a entidades que desenvolvam algum serviço considerado prioritário pelo Poder Público.

Para que tais entidades possam receber o título, seus serviços devem ser executados da mesma forma que o governo os executaria, ou seja, sem distinções de raça, credo, cor ou convicções políticas, ao público em geral e não apenas aos associados, entre os usuários efetivos ou potenciais, e não tendo o lucro por finalidade.

Vale salientar que, em matéria de concessão de título de utilidade pública, a legislação federal não coincide necessariamente com as legislações dos Estados e dos Municípios. Ao que consta, a concessão de título de utilidade pública estadual ou municipal pode ser feita em lei; a União, porém, seguindo regras próprias, o concede por Decreto.

No âmbito do Estado de Rondônia, a Lei Estadual nº 1764, de 31 de julho de 2007, “Regula a Concessão de Título de Utilidade Pública a instituição de natureza privada e de interesse público, e dá outras providências”.

A entidade interessada em seu reconhecimento como de utilidade pública, deverá atender os requisitos e procedimentos estabelecidos no artigo 2º da referida Lei, conforme segue:

“Art. 2º. A concessão de utilidade pública se fará através de lei, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, fazer prova de que:

VI – comprovadamente e mediante a apresentação de relatório circunstanciado dos dois anos de exercícios anteriores, promova a educação ou exerça atividades culturais, ou de pesquisa científica, ou filantrópica, ou beneficente;”

Em princípio, as sociedades comerciais, atualmente denominadas empresariais, por visarem principalmente, “atividade econômica organizada para produção ou a circulação de bens ou serviços”, por serem de natureza do Comércio Geral Brasileiro, não podem ser declaradas de utilidade pública.

Está claro, também, que as cooperativas, as sociedades limitadas e as sociedades civis que distribuem lucros entre seus associados, também não podem ser declaradas de utilidade pública.

SECRETARIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

03 FEV 2009

Nome



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Entendemos que a Lei Estadual nº 1764, de 31 de 2007, deveria, à exemplo da Lei Federal nº 9.790, de 1999 “que dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de interesse Público – OSCIPS”, discriminar as áreas de atuação das entidades a serem tituladas e definir quais as entidades passíveis dessa qualificação.

Neste caso, o presente Projeto de Lei não está acompanhado dos documentos probatórios do atendimento aos requisitos elencados na referida Lei Estadual. Somente com a juntada de tais documentos aos autos o Projeto poderá ser sancionado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador